

73º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Guebuza contra-ataca e diz que Filipe Nyusi é a pessoa que pode explicar melhor

- Antigo Presidente da República volta hoje à B.O para responder às perguntas da Ordem dos Advogados e da defesa. Ontem, o "último declarante" iniciou o contra-ataque logo que o juiz passou a palavra ao Ministério Público, o "carrasco" da família Guebuza. Por diversas vezes, Guebuza remeteu as respostas para o seu antigo Ministro da Defesa Nacional (Filipe Nyusi), na sua capacidade de então Chefe do Comando Operativo. Nyusi está na Bélgica onde participa na Cimeira União Europeia – África, mas certamente que já está informado sobre as declarações do antecessor.



- Perante o despreparo da representante do Ministério Público, Guebuza foi aproveitando as perguntas mal estruturadas para mandar recados ao Governo de Nyusi e à PGR. Por exemplo, disse que até o SISE foi terceirizado, em referência à contratação da Kroll - empresa que a descreveu como de espões estrangeiros – para auditar as “dívidas ocultas”. Disse ainda que a situação económica de Moçambique na altura em que estava no poder era muito melhor comparada com o actual cenário.
- Desafiou o tribunal afirmando que não iria falar de matérias de soberania, quando perguntado porquê razão não se optou por potencializar as Forças de Defesa e Segurança do que criar uma empresa privada. “Eu penso que já se falou demais da questão de defesa e segurança neste nosso tribunal. Não se devia fazer isso, não se devia fazer isso. Temos que defender a nossa soberania e uma das formas de fazer isso é resolvermos os nossos problemas nós mesmos”.
- Assumiu sem reservas que, como Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, decidiu pela criação da EMATUM e MAM. “Assumo essa responsabilidade. Eu era Presidente da República e queria defender todo o País, e a si também na altura”, referindo-se ao juiz Efigénio Baptista. Guebuza afirmou ainda que as duas empresas faziam parte do projecto SIMP. Uma posição que constitui um alívio para os réus Gregório Leão (antigo Director do SISE) e António Carlos do Rosário (então número dois do SISE), únicos que até aqui defendiam que EMATUM e MAM foram criadas no contexto do projecto do SIMP.
- Além dos tiros pela madrugada de quinta-feira na parte frontal da B.O, dos cortes de energia que atrasaram o início da sessão e interromperam o interrogatório por duas vezes, do reforço de segurança, da vasta equipa de jornalistas, foi notória presença da Procuradora-Geral da República. Beatriz Buchili chegou disfarçada à B.O, não levou muito tempo e tudo indica que ia concertar ideias com a representante do Ministério Público no processo que julga as “dívidas ocultas”. Saiu antes do início da sessão.





Eram 09h25 quando Armando Guebuza chegou à B.O numa viatura conduzida pelo filho, Mussumbuluko Guebuza. Uma vasta equipa de segurança e de assessores acompanhou o antigo Presidente da República para uma sala de espera, onde iria permanecer por cerca de duas horas e meia. Tanto tempo de espera devido às constantes cortes de fornecimento de energia na tenda onde decorrem as sessões de audiência de discussão e julgamento. O início da sessão estava agendada para às 10H00, mas só viria a arrancar por volta das 11h45.

Quando finalmente estavam criadas as condições para o início da sessão, Guebuza dirigiu-se à tenda, vigiado pelos seguranças e assessores. Sempre com passos firmes, o “último declarante” foi escutando os últimos conselhos antes de se acomodar na poltrona de escritório diferente das habituais cadeiras dos réus e outros declarantes que passaram pelo tribunal. Encolhido no seu fato de corte largo, Guebuza foi acompanhando atentamente o despacho do juiz que aplicou uma multa de 15 mil meticais ao reu Renato Matusse por ter nomeado Teodoro Andrade Waty como seu advogado, contrariando a

decisão anterior do tribunal que o proíbe de constituir aquele renomado jurista como seu mandatário.

“Bom dia” - foram as primeiras palavras que Guebuza pronunciou, antes de ser convidado a explicar a génese e a motivação da criação do Sistema Integrado de Monitoria e Protecção (SIMP) da Zona Económica Exclusiva. Em resposta, o declarante falou das ameaças que punham em causa a soberania do País, desde logo entrada massiva de imigrantes ilegais, o tráfico de drogas, a pirataria e os ataques da Renamo nas zonas centro e norte.

A questão que se colocava na altura era como resolver o problema. “Ao nível das Forças de Defesa e Segurança estudou-se e concluiu-se que, para além das actividades habituais de defesa da pátria com recursos que tínhamos na altura, precisávamos de reforço e esse reforço devia ter em conta a situação do mar e, naturalmente, as fronteiras terrestres do norte e um pouco no ocidente de Moçambique. Isto é que explica o motivo da criação do projecto SIMP”.

A acusação do Ministério Público diz que o SIMP englobava apenas a ProIndicus. Mas a uma pergunta do juiz Efigénio Baptista, o

declarante respondeu que o SIMP englobava, na fase da concepção, as três empresas beneficiárias das “dívidas ocultas”, nomeadamente a ProIndicus, EMATUM e MAM. “Na fase de execução houve momentos diferentes, como é óbvio”. O juiz perguntou como se pode concluir a partir do objecto social da EMATUM que a empresa estava ligada às Forças de Defesa e Segurança. Guebuza respondeu de forma categórica: “Claro que não podíamos dizer que íamos ter barcos para espiar as actividades marítimas. Não podíamos fazer isso”.

O juiz recuperou os depoimentos de declarantes que trabalharam com os barcos da EMATUM, segundo os quais as embarcações não tinham nenhum equipamento relacionado com a defesa e segurança. “Naturalmente que não vou entrar num debate técnico sobre as embarcações. O que vou dizer é que não preciso de objectos especiais para observar, mas da capacidade de observar e de movimentar-me”, reagiu o declarante.

Questionado porquê razão o Governo não celebrou contratos de concessão do SIMP com a EMATUM e MAM, à semelhança do que fez com a ProIndicus, o antigo Presidente da República respondeu nos seguintes termos:

“Celebrou-se com a ProIndicus, mas também havia outras (empresas) que mais tarde seriam integradas. Foi achado que era melhor que fossem enquadradas mais tarde no SIMP”.

E porque os contratos de financiamento e de fornecimento de meios para a ProIndicus foram discutidos e assinados antes da criação do SIMP, o juiz perguntou se este projecto não teria sido criado apenas para formalizar algo que já estava concebido. E Guebuza reagiu com uma pergunta retórica: “SIMP é ilegal?” E ele mesmo respondeu: “Não foi ilegal. Não vejo nada de ilegal nisso. Vejo processos. Os processos nem sempre ocorrem no mesmo momento. Um empreendimento como SIMP a continuar, teria que criar novas empresas e naturalmente aquelas que já existem seriam integradas. Não conheço nenhum projecto que tenha aparecido com todos os componentes”.

O juiz insistiu no assunto perguntando se a ProIndicus tinha legitimidade de defender a soberania de Moçambique quando assinou contratos de fornecimento com a Privinvest, uma vez que o fez antes de celebrar o contrato de concessão do SIMP. “Depende do ponto de vista. As Forças de Defesa e Segurança sempre tiveram a legitimidade de defender Moçambique. E quando adquirem recursos para o fazer não se coloca a questão de legi-

timidade”.

Da resposta, o juiz perguntou se a ProIndicus era ou não uma empresa do Estado. E, mais uma vez, Guebuza iniciou a resposta com uma pergunta retórica: “Não acha que a ProIndicus é para a defesa? Eu também não tenho resposta. A minha posição é essa, sim. Mas é preciso saber que o Estado não funciona da mesma maneira em todo o lado. Eu vejo a questão de forma dinâmica. A ProIndicus foi representada pelo Estado na procura de recursos. Foi o Estado que foi à procura de recursos”.

O interrogatório entrou para uma nova fase, com o juiz a perguntar ao declarante se conhecia ou não Teófilo Nhangumele. Astuto, o antigo Presidente da República aproveitou a pergunta para mandar um recado ao seu “camarada” Óscar Monteiro, figura histórica da Frelimo que numa reunião do Comité Central do partido no poder questionou como é que Armado Guebuza deixou-se enganar por Nhangumele. “Depois de alguém ter dito numa reunião do partido que existia uma pessoa chamada Nhangumele, passei a interessar-me pela pessoa. Não conheço Teófilo Nhangumele senão depois de ele ter sido preso com o meu filho no Língamo”.

Em relação a Jean Boustani, o negociador do grupo Privinvest e figura responsável pelo

pagamento de subornos, o declarante disse que o conheceu a partir do momento em que começaram as negociações sobre a protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique. “Eles vieram a Moçambique. Foi nessa altura que eu comecei a conhecer Boustani. Foi na Presidência da República. Conheço também Iskandar Safa (presidente do grupo Privinvest), mas não me lembro do local”.

Quando o juiz perguntou se o antigo Presidente da República teria recebido do seu filho (Armando Ndambi Guebuza) uma brochura da Privinvest contendo a proposta de protecção da Zona Económica Exclusiva, o advogado Isálcio Mahanjane protestou, argumentando que a pergunta é proibida por lei, uma vez existir uma relação de parentesco entre o declarante e o réu. Na verdade, nem o tribunal nem outro interveniente processual pode fazer perguntas ao pai ou filho sobre factos que são imputados ao outro.

O juiz aceitou o protesto e disse que o advogado de Armando Ndambi Guebuza tinha razão. Com um sorriso sarcástico, Guebuza questionou ao tribunal: “Se sabiam que é errado, porque é que me perguntam?” O juiz não se conteve e, no meio de risos, disse que o tribunal não sabia que era errado. E logo de seguida passou a palavra para o Ministério Público, o carrasco da família Guebuza.

“Não sei se haverá um membro do Comando Operativo que estará cá para explicar melhor”

A primeira pergunta colocada pela procuradora Ana Sheila Marrengula foi de saber por que meios o declarante estabeleceu contactos com os senhores Iskandar Safa e Jean Boustani. “Conheci-os no momento em que se tratava desta questão de criação de condições para a protecção da nossa costa. Eu conheci-os porque eles apareceram e falamos. Contactei com as pessoas para encorajá-las a trabalhar. O resto que aconteceu eu não sei”.

Não demorou muito tempo para que Guebuza começasse a atirar responsabilidades ao então Ministro da Defesa Nacional, na qualidade de Chefe de Comando Operativo. E a primeira vez que o fez foi quando o Ministério Público pediu que explicasse a criação do projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva e as entidades envolvidas. Em resposta, o declarante disse que a parte económica e financeira foi estudada, apreciada e depois proposta pelas Forças de Defesa e Segurança através do Comando Operativo. E atirou: “Não sei se haverá um membro do Comando Operativo que estará cá para explicar melhor. Talvez noutro momento”.



Era a primeira referência ao actual Presidente da República, Filipe Nyusi, figura bem protegida pelo Ministério Público e pelo tribunal que por diversas vezes chumbou os pedidos da defesa e do assistente no processo (Ordem dos Advogados de Moçambique – OAM) para que o antigo Ministro da Defesa Nacional fosse arrolado como declarante.

Guebuza sabe que Nyusi goza de protecção da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Judiciário e, por essa razão, jamais será arrolado neste processo. Por isso, o antigo Presidente da Repúbli-

ca foi à B.O com lição bem estudada: defender a honra e partir para o contra-ataque, tendo como alvo o seu antigo Ministro da Defesa Nacional e seu sucessor na Presidência da República.

Quando o Ministério Público perguntou quem tinha sido o proponente do projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva, o declarante voltou a citar o antigo Ministro da Defesa Nacional. “Nós funcionávamos como órgãos estruturados que apresentavam propostas e eram discutidas e, quando aprovadas, podiam avançar. Normalmente nesses

casos quem responde é o chefe que está a presidir à reunião. Neste caso, o Comando Operativo tinha o seu chefe que era o Ministro da Defesa Nacional”.

A representante do Ministério Público insistiu na pergunta, procurando saber quais foram as entidades envolvidas na concepção do projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva. “Não tenho memória para isso. Mas tem nos documentos. Tinha a frente do Ministro da Defesa Nacional, do Ministro do Interior, do Director-Geral do SISE e seus quadros”.

Guebuza diz que o SISE foi terceirizado com a contratação da Kroll para fazer a auditoria das “dívidas ocultas”

Outro momento de fricção foi quando o Ministério Público perguntou se o declarante não achava que, ao envolver empresas privadas na protecção da Zona Económica Exclusiva, as Forças de Defesa e Segurança estavam a terceirizar a sua função de defesa da soberania de Moçambique. Guebuza foi cáustico na resposta: “O Estado já terceirizou muita coisa. Até terceirizou o SISE, com a Kroll. Pegou-se numa empresa estrangeira de espões... refiro-me à Kroll”.

Quem gostou da resposta foi o reu António Carlos do Rosário, pois na sua longa audição sempre defendeu que a empresa contratada pela PGR de Moçambique e paga pela Embaixada da Suécia em Maputo para fazer a auditoria forense das “dívidas ocultas” era constituída por antigos espões britânicos.

A cada pergunta, o Ministério Público parecia estar a dar uma oportunidade ao declarante para, por um lado, atirar responsabilidades ao actual Presidente da República e, por outro, manifestar o seu desagrado com a forma como o processo foi conduzido, incluindo o próprio julgamento. E foi o que se viu, quando a procuradora Ana Sheila Marrengula perguntou porquê razão não se optou por potencializar as Forças de Defesa e Segurança do que criar uma empresa privada.

“Essa é matéria de defesa e de segurança. E apesar de estarmos em tribunal onde devemos falar a verdade, que é o que tenho estado a fazer até aqui, não acho ser este o momento que eu deva falar de matérias de soberania. Eu não falo. Aliás, eu penso que já se falou demais da questão de defesa e segurança neste nosso tribunal. Não se devia fazer isso, não se devia fazer isso. Temos que defender a nossa soberania e uma das formas de fazer isso é resolvermos os nossos problemas nós mesmos”, explicou Guebuza.

A uma pergunta do Ministério Público sobre o momento em que se chegou à con-



clusão de que a protecção da costa devia ser feita pela ProIndicus, o declarante voltou a mencionar o Comando Operativo, numa clara alusão ao actual Presidente da República. “A partir do momento em que o Comando Operativo analisou a questão e chegou-se à conclusão de que a solução seria essa. Foi esse momento. Não houve outro momento específico”.

Enquanto prosseguia com a resposta, um corte de energia interrompeu o interrogatório por cinco minutos. Restabelecida a corrente eléctrica, a procuradora Ana Sheila Mar-

rengula retomou o questionário e a pergunta foi no sentido de saber se o financiamento da ProIndicus tinha sido discutido pelo Governo ou pelo Comando Conjunto. E a resposta foi: “Isso levanta várias questões, mas a mais importante é que nós pensamos que aquela era a melhor solução. Não pensamos que houvesse outra solução melhor do que aquela. Estávamos nos anos 2010 e não pensamos como se pensa hoje”.

Perante a insistência do Ministério Público, Guebuza voltou a atirar responsabilidades ao seu antigo Ministro da Defesa Nacional e su-

cessor na Presidência da República: “Nós pensamos assim e queríamos resolver a questão que nos preocupava na altura, e a nossa preocupação era a defesa da soberania. Isso foi tratado através do Comando Operativo

ao qual eu deleguei para procurar recursos”. Mais um corte de energia interrompe o interrogatório por três (3) minutos.

Em função da resposta que tinha sido dada pelo declarante, o Ministério Público pergun-

tou que meio foi usado para a delegação de poderes ao Comando Operativo. E a resposta foi: “Normalmente fazíamos por despacho, mas não me lembro. Não tenho aqui comigo isso”.

“A decisão de procurar recursos foi tomada por mim, delegando o Comando Operativo, através dos seus líderes”

À pergunta se terá sido apreciado ao nível do Governo ou do Comando Conjunto o facto de Moçambique ter já ultrapassado os limites fixados pela Lei Orçamental e pelo Fundo Monetário Internacional para a emissão de garantias de Estado, Guebuza disse que não se lembrava de alguém de ter colocado a questão. “O Ministro das Finanças (Manuel Chang) não partilhou essa questão com V.Excia”, insistiu Ana Sheila Marrengula, tendo o declarante também insistido na sua resposta: “É aquilo que digo, ninguém pôs”.

Então, perguntou o Ministério Público, de quem foi a decisão de endividar o País? “A decisão de procurar recursos foi tomada por mim delegando o Comando Operativo, através dos seus líderes”, respondeu Guebuza, que disse não se lembrar se no momento em que lhe foi presente a proposta de protecção da Zona Económica Exclusiva com recurso a um SPV (Special Purpose Vehicle) já se indicava o grupo Prinvest como o propo-

nente da solução.

“Quando e como o declarante tomou conhecimento da disponibilidade do grupo Prinvest de oferecer a solução”, perguntou o Ministério Público, em jeito de insistência. Na resposta, Guebuza volta a apontar o Comando Operativo à época dirigido por Filipe Nyusi como a entidade responsável: “São detalhes que são difíceis de lembrar... mas nós trabalhamos com base nos estudos e propostas que eram apresentadas pelo Comando Operativo. O Comando Operativo é que tinha a delegação de trabalhar com quem quer que fosse e depois trazia as propostas para nós”, disse Guebuza.

Sobre a carta de 3 de Dezembro de 2012 que Iskandar Safa enviou para o então Presidente da República informando-o sobre o andamento do processo de busca de financiamento junto do Credit Suisse, Guebuza deixou claro que não via nenhuma relevância no documento. E quando o Ministério Públi-

co perguntou qual era o contexto da carta, o declarante foi incisivo: “Eu não tenho de definir o contexto das cartas que os outros que escrevem para mim”.

Questionado que posicionamento tomou perante a carta, a resposta foi que entregou-a à responsabilidade de quem foi delegado as funções (Comando Operativo). “Não me lembro do despacho. A essência é que quem devia tratar do assunto é a equipa que foi delegada”.

Sobre as gratificações às pessoas que se empenharam no sucesso do projecto, o declarante disse não ter conhecimento. Perguntado se tinha memória de reuniões por si dirigidas em que tenham sido tomadas decisões de criação da EMATUM e MAM, o antigo Presidente da República respondeu nos seguintes termos: “Eu fiz um despacho em que delegava os poderes de negociação aos chefes – Ministro da Defesa Nacional, Ministro do Interior e o Director-Geral do SISE. Então presuponho que eles discutiram esses aspectos”.

“Como Comandante-Chefe decidi pela criação da EMATUM e MAM. Assumo essa responsabilidade”

O Ministério Público quis saber se o despacho estava na posse do declarante, mas Guebuza respondeu negativamente. “Esse documento deve estar em vosso poder. Eu não sei com documentos da Presidência da República”. Perante a insistência do juiz sobre quem e onde foi decidida a criação da EMATUM e MAM, Guebuza assumiu a responsabilidade. “Eu como Comandante-Chefe decidi pela criação da EMATUM e MAM. Assumo essa responsabilidade. Eu era Presidente da República e queria defender todo o País, e a si também na altura”, referindo-se ao juiz Efigénio Baptista.

Armando Guebuza não se lembra dos valores que eram necessários para a implementação do SIMP. “Não entrei nessas discussões. Precisamos de ministros para isso e às vezes delegamos poderes a eles. Foi exactamente o que se passou. Se entrasse nos detalhes de 23 ministérios seria má gestão, no meu entender”.



Ainda sobre o financiamento do SIMP, o Ministério Público quis saber como e onde os implementadores do projecto iriam obter o valor, considerando a magnitude do empreendimento e a situação económica do País. Mais uma oportunidade para Guebuza criticar o Governo de Filipe Nyusi: “A situação económica não estava como está hoje. Estava muito melhor. Havia um grupo delegado para negociar. Quem sabe, talvez o Chefe do Comando Operativo pudesse esclarecer melhor”.

À pergunta se procurou saber como seriam captadas as receitas para pagar o endividamento, o declarante deu a seguinte resposta:

“Não se esqueça que havia o estudo de viabilidade. O estudo de viabilidade dizia que era viável e eu não pensei além disso”. Disse ainda que não participou da reunião onde foi decidido que o Estado seria o garante dos empréstimos de mais de dois mil milhões contraídos pelas três empresas.

Sobre factos imputados aos seus antigos colaboradores directos, Guebuza disse não ter conhecimento. Por exemplo, não tem conhecimento de que Renato Matusse, seu antigo conselheiro político, recebeu dinheiro do grupo Prinvest para a compra de imóveis. “Ouvimos aqui no julgamento”. Em relação à sua

antiga secretária particular Maria Inês Dove, só soube que recebeu dinheiro da Prinvest referente à venda de uma parcela de terra na Avenida da Marginal, Cidade de Maputo. “Ela informou-me antes do início do julgamento”.

Quanto ao financiamento da Prinvest para a produção de livros sobre os feitos da sua governação, facto alegado pelo seu Renato Matusse, o antigo Presidente da República disse que não tinha conhecimento. Como também não teve conhecimento das mais de oito toneladas de vinho que a Prinvest mandou para a Presidência da República, durante o seu consulado.

Tiros à madrugada e cortes de corrente eléctrica marcaram o primeiro dia de audição de Guebuza

Logo pelas primeiras horas da manhã desta quinta-feira, o Estabelecimento Penitenciário de Máxima Segurança (BO) registava um ambiente fora do comum. Afinal, quinta-feira era o dia da audição de Armando Guebuza, o mais relevante declarante do processo que julga o escândalo financeiro das “dívidas ocultas”. Pela primeira vez na história de Moçambique, um antigo Presidente da República vai ser ouvido como declarante, num caso em que seu filho (Armando Ndambi Guebuza) está a responder em prisão preventiva, após ser detido em Fevereiro de 2019.

O movimento desusado na B.O é de jornalistas e sobretudo de homens de segurança, nomeadamente dos guardas penitenciários e agentes da Polícia. Fardados e outros à paisana. O alerta de segurança subiu de nível na sequência do incidente registado na madrugada, quando homens desconhecidos dispararam vários tiros contra o Posto de Transformação de corrente eléctrica que alimenta a tenda onde decorrem as sessões de julgamento. Foram ainda atiradas granadas de fumo no local.

Acredita-se que o ataque repellido pelos guardas penitenciários visava inviabilizar a audição de Armando Guebuza, com transmissão em directo nos órgãos de informação e nas redes sociais. Verdade ou não, o facto é que a poucos dias desta audição, as autoridades judiciais tentaram “travar” a ida de Guebuza à B.O, argumentado que seu estatuto de antigo Presidente da República e membro de Conselho de Estado dava-lhe a prerrogativa de ser ouvido no seu escritório ou por correspondência, tal como aconteceu na fase de instrução do processo.

Mas o antigo Presidente da República recusou a proposta de responder ao tribunal longe dos holofotes da imprensa. Ele manteve a sua posição de dirigir-se à B.O para que a sua versão dos factos e a sua defesa de honra fossem também transmitidas em directo pela televisão. Tal como o foram as versões que por largos anos o definiram como o maior responsável pelo escândalo financeiro das “dívidas ocultas”. Lavar a sua imagem em directo e nos últimos dias de audição de declarantes é meia vitória política na indisfarçável guer-

ra aberta com o seu sucessor, Filipe Nyusi.

A sessão arrancou às 11h45, com mais de duas horas de atraso. E pelo meio, dois cortes de energia interromperam o interrogatório, fazendo crescer as suspeitas de sabotagem. Lá para o fim do dia, a empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM) emitiu um comunicado esclarecendo que houve registo de perturbações na rede de distribuição que provocaram interrupções no fornecimento de energia em vários pontos, incluindo Machava, onde está localizada a Cadeia de Máxima Segurança – B.O.

A sessão desta quinta-feira foi interrompida por volta das 17h00, logo depois da conclusão do interrogatório do Ministério Público. Guebuza volta hoje (sexta-feira) ao tribunal para responder às perguntas do assistente no processo (Ordem dos Advogados de Moçambique – OAM) e da defesa. Mais um dia para o antigo Presidente da República consolidar a sua narrativa de que o principal responsável pela contratação dos empréstimos foi o antigo Ministro da Defesa Nacional e actual Presidente da República, Filipe Nyusi.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: Emídio Beula s

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

